

Coordenação-Geral de Contabilidade



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º TRIMESTRE DE 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



30 de abril de 2021.

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	3
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	6
Balanço Patrimonial	6
Demonstrações das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário	10
Balanço Financeiro	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
NOTAS EXPLICATIVAS	16
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	16
Nota 02 – Bens Imóveis – BP	18
Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP	21
Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	22
Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP	22
Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP	23
Nota 07 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP	23
Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	24
Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	24
Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO	25
Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO	26
Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF	27
Nota 13 – Segurança Pública – DFC	29
Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC	29
Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	31

APRESENTAÇÃO

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs são de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

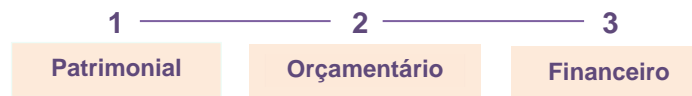
Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares			
ATIVO	NE	31/03/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE		5.636.421	8.122.783
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	3.817.609	6.404.276
Créditos a Curto Prazo		1.702.571	1.615.613
Demais Créditos e Valores		1.702.571	1.615.613
Estoques		116.241	102.894
ATIVO NÃO CIRCULANTE		285.332.047	228.132.812
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.733.447	2.301.315
Créditos a Longo Prazo		2.733.447	2.301.315
Dívida Ativa Não Tributária		2.880.869	2.477.930
Demais Créditos e Valores		927.750	898.558
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.075.172)	(1.075.172)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		282.340.439	225.577.031
Bens Móveis		3.211.256	3.110.840
Bens Móveis		4.236.757	4.155.244
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.025.501)	(1.044.403)
Bens Imóveis	02	279.129.182	222.466.191
Bens Imóveis		279.169.279	222.505.998
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(40.097)	(39.807)
Intangível		258.139	254.443
Softwares		258.121	254.425
Softwares		270.067	265.479
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(11.946)	(11.054)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		290.968.468	236.255.595

PASSIVO	NE	31/03/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE		1.336.162	1.182.489
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		754.840	838.536
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		183.867	8.017
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		85	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		110.217	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	03	287.152	335.937
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.931	2.931
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		1.265	1.265
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.627	1.626
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.339.093	1.185.420

Fonte: Siafi.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		289.629.375	235.070.175
Demais Reservas		2.205	2.205
Resultados Acumulados		289.627.170	235.067.971
Resultado do Exercício		54.506.641	119.912.879
Resultados de Exercícios Anteriores	04	235.067.971	114.999.485
Ajustes de Exercícios Anteriores		52.559	155.606
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		290.968.468	236.255.595

Fonte: Siafi.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
Ativo Financeiro	3.817.732	6.404.397	Passivo Financeiro	7.719.671	4.718.882
Ativo Permanente	287.150.736	229.851.198	Passivo Permanente	344.780	302.698
			Saldo Patrimonial	282.904.017	231.234.015

Fonte: Siafi.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2021	2020
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			291.102	269.898
Atos Potenciais Ativos			291.102	269.898
Garantias e Contragarantias Recebidas			236.150	211.552
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			54.870	58.265
Direitos Contratuais			82	82
TOTAL			291.102	269.898

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2021	2020
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			5.303.783	4.905.343
Atos Potenciais Passivos			5.303.783	4.905.343
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.688.919	2.622.909
Obrigações Contratuais			2.614.835	2.282.405
TOTAL			5.303.783	4.905.343

Fonte: Siafi.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(2.941.129)
Recursos Vinculados	(960.810)
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(1.065.283)
Previdência Social (RPPS)	(318.750)
Dívida Pública	(114.870)
Alienação de Bens e Direitos	31.034
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	506.761
TOTAL	(3.901.939)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/03/2021	31/03/2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		102.455	200.326
Taxas		102.455	200.326
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		109.862	11.980
Venda de Mercadorias		0	0
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		109.862	11.980
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		104.692	18.704
Juros e Encargos de Mora		125	163
Variações Monetárias e Cambiais		86	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		104.481	18.541
Transferências e Delegações Recebidas		14.076.979	10.303.424
Transferências Intragovernamentais		13.810.381	10.250.146
Outras Transferências e Delegações Recebidas		266.598	53.278
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	05	89.402.857	742.072
Reavaliação de Ativos		87.927.787	403.605
Ganhos com Alienação		11.173	12.091
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.463.703	294.730
Ganhos com Desincorporação de Passivos		194	31.646
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		448.113	434.671
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		(690)	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		448.802	434.671
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		104.244.958	11.711.175

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/03/2021	31/03/2020
Pessoal e Encargos	06	1.873.414	1.819.936
Remuneração a Pessoal		1.440.202	1.446.572
Encargos Patronais		332.550	283.714
Benefícios a Pessoal		92.970	85.458
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		7.691	4.192
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.075.784	1.098.615
Aposentadorias e Reformas		771.816	796.196
Pensões		279.342	278.721
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		24.626	23.698
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		483.452	476.396
Uso de Material de Consumo		55.864	38.712
Serviços		371.576	376.829
Depreciação, Amortização e Exaustão		56.011	60.854
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		38.667	22.801
Juros e Encargos de Mora		49	70
Variações Monetárias e Cambiais		0	1
Descontos Financeiros Concedidos		38.619	22.729
Transferências e Delegações Concedidas		13.913.027	7.687.623
Transferências Intragovernamentais		13.611.489	7.479.526
Transferências Intergovernamentais		87.698	110.211
Transferências ao Exterior		10.250	1.317
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	25
Outras Transferências e Delegações Concedidas		203.590	96.544
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		32.342.809	1.268.019
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	07	32.157.865	535.572
Perdas Involuntárias		1.600	1.511
Incorporação de Passivos		3.063	2.352
Desincorporação de Ativos		180.282	728.584
Tributárias		1.546	1.483
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.262	1.240
Contribuições		284	243
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		9.619	17.601
Incentivos		19	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		9.600	17.601
TOTAL DAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		49.738.317	12.392.475
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		54.506.641	(681.299)

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

31/03/2021
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		-	-	1.185.293	1.185.293
Receitas Tributárias		-	-	71.718	71.718
Taxas		-	-	71.718	71.718
Receitas de Contribuições		-	-	82	82
Contribuições Sociais		-	-	82	82
Receita Patrimonial		-	-	614.030	614.030
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		-	-	40	40
Valores Mobiliários		-	-	104.990	104.990
Demais Receitas Patrimoniais	08	-	-	509.001	509.001
Receitas de Serviços		-	-	109.814	109.814
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	109.814	109.814
Outras Receitas Correntes		-	-	389.647	389.647
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	09	-	-	357.520	357.520
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	682	682
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		-	-	23.353	23.353
Demais Receitas Correntes		-	-	8.092	8.092
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	1.185.293	1.185.293
DEFICIT	10	-	-	5.345.733	5.345.733
TOTAL		-	-	6.531.026	6.531.026

Fonte: Siafi.

31/03/2021
R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		10.285.698	10.285.698	6.504.822	3.150.052	2.476.122	3.780.876
Pessoal e Encargos Sociais	11	7.774.801	7.774.801	5.393.610	2.794.989	2.193.922	2.381.191
Outras Desp. Correntes		2.510.897	2.510.897	1.111.212	355.063	282.200	1.399.685
DESPESAS DE CAPITAL		1.300.618	1.300.618	26.204	1.680	1.248	1.274.414
Investimentos		1.300.618	1.300.618	26.204	1.680	1.248	1.274.414
TOTAL		11.586.316	11.586.316	6.531.026	3.151.732	2.477.370	5.055.291

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

31/03/2020
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		236.224	701.570	248.727	204.010	14.679	719.106
Pessoal e Encargos Sociais		11.631	19.786	4.159	2.147	2.687	26.583
Outras Despesas Correntes		224.594	681.785	244.568	201.863	11.992	692.523
DESPESAS DE CAPITAL		1.185.261	1.713.132	220.378	57.934	6.252	2.834.206
Investimentos		1.183.531	1.713.106	220.378	57.934	6.252	2.832.451
Inversões Financeiras		1.730,00	26	-	-	-	1.756
TOTAL		1.421.485	2.414.702	469.105	261.944	20.931	3.553.312

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

31/03/2020
R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		3.429	777.651	776.438	313	4.329
Pessoal e Encargos Sociais		12	723.070	722.626	-	456
Outras Despesas Correntes		3.417	54.581	53.812	313	3.873
DESPESAS DE CAPITAL		51.614	13.043	2.221	49	62.387
Investimentos		51.614	13.043	2.221	49	62.387
TOTAL		55.044	790.695	778.660	362	66.717

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/03/2021	31/03/2020
Receitas Orçamentárias		1.185.293	1.256.702
Vinculadas		1.230.774	1.348.343
Seguridade Social (Exceto Previdência)		7.673	1.938
Alienação de Bens e Direitos		1	689
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.223.101	1.345.716
Recursos a Classificar		-	1
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(45.482)	(91.641)
Transferências Financeiras Recebidas	12	13.810.381	10.250.146
Resultantes da Execução Orçamentária		13.145.533	9.223.871
Cota Recebida		3.617.767	3.169.443
Repasse Recebido		3.430.686	2.994.095
Sub-repasse Recebido		3.124.647	3.050.241
Repasse Devolvido		2.972.274	2.936
Sub-repasse Devolvido		161	7.156
Independentes da Execução Orçamentária		664.848	1.026.275
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		560.283	886.064
Demais Transferências Recebidas		17.453	4.458
Movimentação de Saldos Patrimoniais		87.112	135.753
Recebimentos Extraorçamentários		4.080.969	4.180.704
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		674.362	674.879
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.379.294	3.484.878
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		24.845	18.116
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.468	2.831
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.445	2.774
Restituições a Pagar		23	55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0	2
Saldo do Exercício Anterior		6.404.276	2.354.988
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.404.276	2.354.988
TOTAL		25.480.918	18.042.540

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	31/03/2021	31/03/2020
Despesas Orçamentárias		6.531.026	6.547.247
Ordinárias		3.367.421	3.491.028
Vinculadas		3.163.605	3.056.219
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.689.890	1.391.866
Previdência Social (RPPS)		866.062	1.199.778
Dívida Pública		-	142
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		607.653	464.432
Transferências Financeiras Concedidas	12	13.611.491	7.479.535
Resultantes da Execução Orçamentária		12.503.840	6.059.577
Repassé Concedido		3.431.810	2.995.296
Sub-repassé Concedido		3.124.647	3.050.241
Cota Devolvida		2.974.949	3.948
Repassé Devolvido		2.972.274	2.936
Sub-repassé Devolvido		161	7.156
Independentes da Execução Orçamentária		1.107.652	1.419.958
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		424.002	614.952
Demais Transferências Concedidas		116.824	3.007
Movimento de Saldos Patrimoniais		566.826	801.998
Pagamentos Extraorçamentários		1.520.793	1.742.880
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		778.660	800.865
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		261.944	401.346
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.795	15.856
Outros Pagamentos Extraorçamentários		462.394	524.813
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		461.795	524.531
Valores Compensados		3	3
Demais Pagamentos		595	278
Saldo para o Exercício Seguinte		3.817.609	2.272.879
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.817.609	2.272.879
TOTAL		25.480.918	18.042.540

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

R\$ milhares			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	31/03/2021	31/03/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(2.545.814)	37.086
INGRESSOS		15.020.542	11.525.021
Receita Tributária		71.718	140.228
Receita de Contribuições		82	410.653
Receita Patrimonial		509.040	225.377
Receita de Serviços		109.814	11.916
Remuneração das Disponibilidades		104.990	20.025
Outras Receitas Derivadas e Originárias		389.647	448.504
Transferências Recebidas		-	(1)
Outras Transferências Recebidas		-	(1)
Outros Ingressos Operacionais		13.835.249	10.268.318
Ingressos Extraorçamentários		24.845	18.116
Restituições a Pagar		23	55
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		0	2
Transferências Financeiras Recebidas		13.810.381	10.250.146
DESEMBOLSOS		(17.566.356)	(11.487.935)
Pessoal e Demais Despesas		(3.098.557)	(3.082.056)
Administração		(42.380)	(46.670)
Segurança Pública	13	(1.911.168)	(1.865.603)
Assistência Social		(8)	-
Previdência Social		(1.034.751)	(1.033.691)
Educação		(674)	(9)
Cultura		(62)	(71)
Direitos da Cidadania		(80.789)	(100.667)
Encargos Especiais		(31.169)	(38.120)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.445	2.774
Transferências Concedidas		(376.119)	(385.676)
Intergovernamentais		(24.781)	(102.465)
A Estados e/ou Distrito Federal		(24.353)	(99.958)
A Municípios		(428)	(2.507)
Intragovernamentais		(329.020)	(281.007)
Outras Transferências Concedidas		(22.318)	(2.203)
Outros Desembolsos Operacionais		(14.091.680)	(8.020.203)
Dispêndios Extraorçamentários		(17.795)	(15.856)
Transferências Financeiras Concedidas		(13.611.491)	(7.479.535)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(461.795)	(524.531)
Valores Compensados		(3)	(3)
Demais pagamentos		(595)	(278)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(40.853)	(119.196)
DESEMBOLSOS		(40.853)	(119.196)
Aquisição de Ativo Não Circulante	14	(37.523)	(102.621)
Outros Desembolsos de Investimentos		(3.331)	(16.575)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.586.668)	(82.110)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		6.404.276	2.354.988
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		3.817.609	2.272.879

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	159.286	-	-	159.286
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	(3.680)	-	-	(3.977)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	119.912.879	-	-	119.912.879
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	51.425	-	-	51.425
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	1.133	-	-	1.133
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	54.506.641	-	-	54.506.641
Saldo Final do Exercício 2020	15	-	-	-	-	2.205	289.627.169	-	-	289.629.374

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

No 1º trimestre de 2021, R\$ 3.663.197 mil (95,96%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se assim distribuídos entre 10 (dez) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 885.474 mil (23,19%) na UG 200331 do FNSP;
- b) R\$ 848.925 mil (22,24%) na UG 200333 do Depen;
- c) R\$ 601.400 mil (15,75%) na UG 200401 do FDD;
- d) R\$ 355.757 mil (9,32%) na UG 200246 da Funad;
- e) R\$ 338.799 mil (8,87%) na UG 200334 da PF;
- f) R\$ 252.893 mil na UG 200230 da PRF;
- g) R\$ 125.696 mil na UG 303001 do CADE;
- h) R\$ 104.666 mil na UG 200336 da PF;
- i) R\$ 82.753 mil na UG 200278 da PRF;
- j) R\$ 66.834 mil na UG 200094 do MJSP.

As demais unidades executoras que apresentaram saldo no fechamento do 1º trimestre de 2021, as quais somam 124 unidades distintas, englobaram R\$ 154.411 mil (4,04%) desse total.

Destaca-se que o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD e o Fundo Nacional Antidrogas - Funad são fundos criados, cujos recursos apoiam as atividades para as quais foram instituídos.

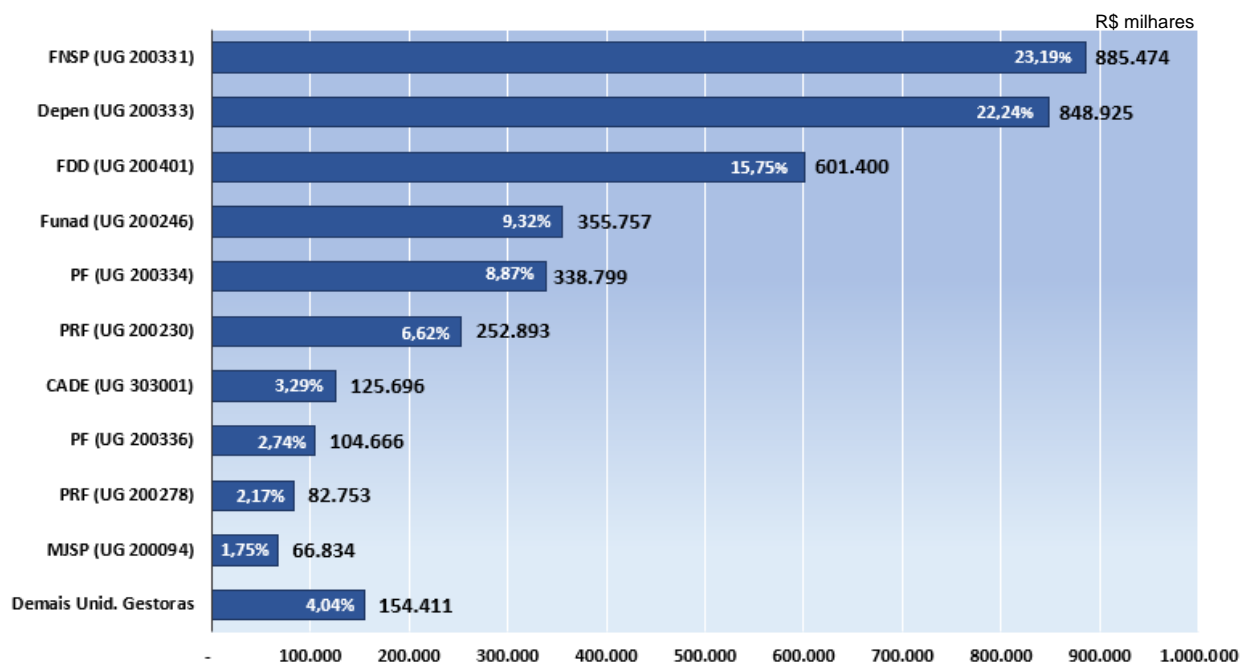
O FNSP é um fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e regulado pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que tem como objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública

O Funpen foi criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional.

O FDD, foi criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, com a finalidade de reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses.

O Funad foi criado e disciplinado pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, denominado, à época, de Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB), com a finalidade principal de financiar ações, projetos e programas relacionados à política sobre drogas.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



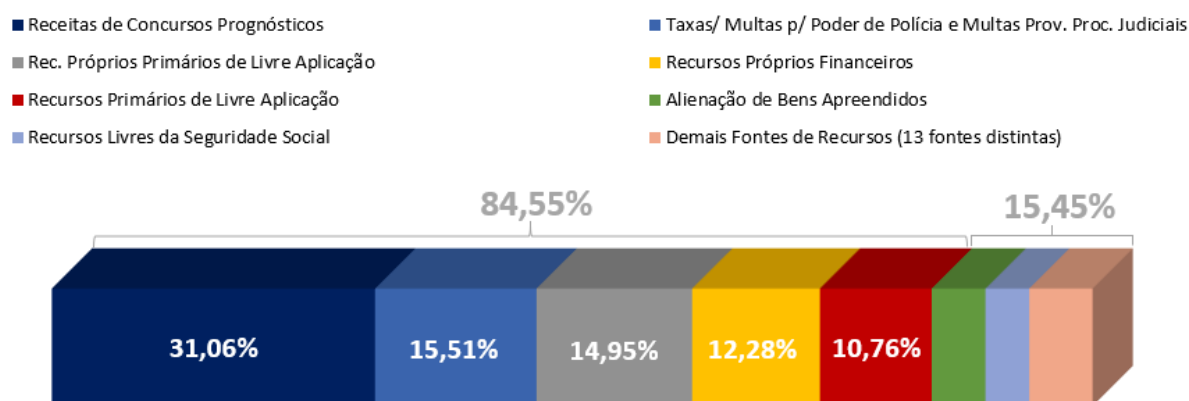
Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em março de 2021, 84,55% (R\$ 3.227.777 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 31,06% (R\$ 1.181.673 mil) em receitas de concursos prognósticos; 15,51% (R\$ 592.121 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais; 14,95% (R\$ 570.737 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação; 12,28% (R\$ 468.615 mil) em recursos próprios e financeiros e 10,76% (R\$ 410.632 mil) em recursos primários de livre aplicação.

As fontes de recursos menos representativas, correspondem a 15,45% (R\$ 196.893 mil) em alienação de bens apreendidos; 4,21% (R\$ 160.877 mil) em recursos livres da seguridade social e 6,08% (R\$ 232.061 mil) nas demais fontes de recursos distribuídas entre 13 tipos distintos, conforme apresentado na figura 02.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados no DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No primeiro trimestre de 2021, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi negativo de R\$ 2.586.668 mil, cujo impacto atribuiu-se às atividades operacionais, que representaram 98,42% (R\$ 2.545.814 mil) do referido resultado.

As transferências financeiras recebidas, em março de 2021, representaram 91,94% (R\$ 13.810.381 mil) do total de ingressos.

Com relação aos dispêndios, as transferências financeiras concedidas representaram 77,49% (R\$ - 13.611.491 mil) e os desembolsos com pessoal e demais despesas de segurança pública, detalhados na nota explicativa de número 13, representaram 10,88% (R\$ -1.911.168 mil).

Portanto, com relação ao resultado negativo de 2.545.814 mil dos fluxos de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes no resultado financeiro do primeiro trimestre de 2021.

Cabe destacar ainda, que 91,85% (R\$ -37.523 mil) do saldo apresentado no fluxo de caixa das atividades de investimento, referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 14.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	31/03/2021	31/03/2020	2021-2020	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(2.545.814)	37.086	(2.582.900)	98,42	(6.964,61)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(40.853)	(119.196)	78.343	1,58	(65,73)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.586.668)	(82.110)	(2.504.558)	100,00	3.050,26

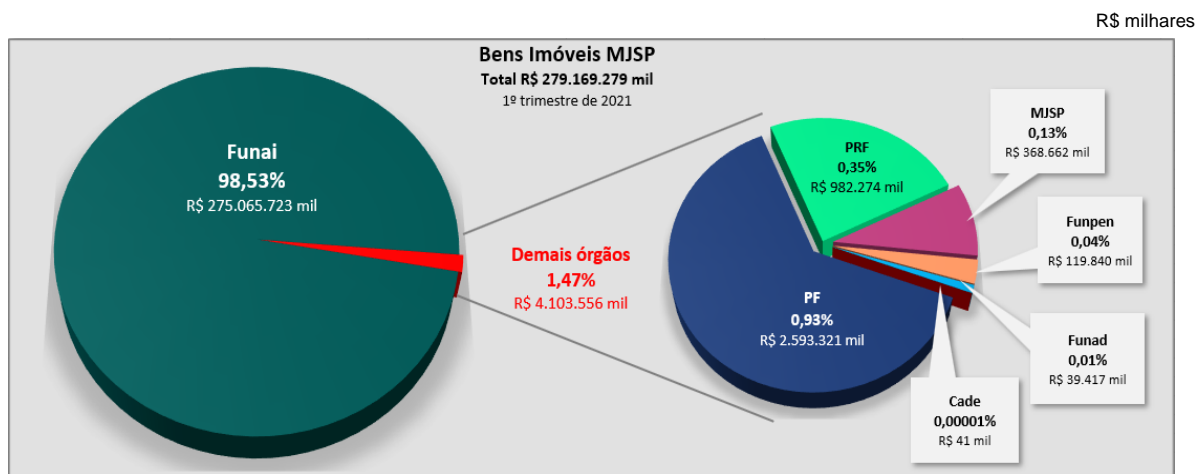
Fonte: Siafi.

Nota 02 – Bens Imóveis – BP

Em 31/03/2021, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 279,2 bilhões, representando 95,94% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,014%, foi de R\$ 279,1 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 275,1 bilhões (98,53%), conforme figura 3.

Figura 03 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a tabela 2, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,81% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 278,6 bilhões em 31/03/2021.

O aumento de 25,52% nos bens de uso especial foi impactado em 87,42% (R\$ 49,5 bilhões) pelo lançamento indevido na conta contábil Fazendas, Parques e Reservas, realizado pela UG194028 da Funai, e está em processo de regularização.

Destaca-se que houve a contabilização em dezembro de 2020, na unidade gestora 194151 da Funai, do valor de R\$113,9 bilhões, referente reavaliação de imóveis (terrenos e glebas) caracterizados como terras indígenas e benfeitorias nelas existentes, em atendimento à solicitação de auditoria da Controladoria Geral da União que está em curso. O valor da reavaliação refere-se às várias unidades vinculadas à Funai e, no decorrer do presente exercício, deverão ser efetuados os devidos registros no SPIUnet com os ajustes contábeis necessários.

Tabela 02 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares				
Descrição	31/03/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	278.649.868	221.988.381	99,81	25,52
Bens Imóveis em Andamento	462.483	457.279	0,17	1,14
Instalações	34.334	32.345	0,01	6,15
Bens Dominicais	11.116	10.280	0,00	8,13
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	10.910	17.145	0,00	(36,36)
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
Subtotal	279.169.279	222.505.998	100,00	25,47
Depreciação / Amortização Acumulada	(40.097)	(39.807)	(0,0144)	0,73
Total líquido	279.129.182	222.466.191	99,99	25,47

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na tabela 3, a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas e a conta Terrenos e Glebas da Funai, representando 98,45% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 03 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares				
Descrição	31/03/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	159.410.716	102.817.331	57,21	55,04
Fundação Nacional do Índio	159.388.190	102.794.806	57,20	55,05
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00
Terrenos e Glebas	114.907.419	114.856.073	41,24	0,04
Fundação Nacional do Índio	114.063.090	114.063.223	40,93	(0,00)
Polícia Federal	604.136	553.771	0,22	9,09
Polícia Rodoviária Federal	221.855	221.756	0,08	0,04
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	6.766	5.751	0,00	17,64
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Edifícios	3.176.054	3.172.539	1,14	0,11
Fundação Nacional do Índio	1.351.913	1.351.913	0,49	0,00
Polícia Federal	1.310.673	1.308.947	0,47	0,13
Ministério da Justiça e Segurança Pública	354.994	353.597	0,13	0,40
Polícia Rodoviária Federal	158.138	157.746	0,06	0,25
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	978.636	965.558	0,35	1,35
Polícia Federal	373.129	380.885	0,13	(2,04)
Polícia Rodoviária Federal	301.368	280.701	0,11	7,36

Fundação Nacional do Índio	241.103	240.936	0,09	0,07
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,02	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.075	1.075	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	129.716	129.716	0,05	0,00
Polícia Federal	119.128	119.128	0,04	0,00
Polícia Rodoviária Federal	10.588	10.588	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	47.327	47.163	0,02	0,35
Polícia Federal	19.204	19.204	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	15.786	15.622	0,01	1,05
Fundo Nacional Antidrogas	9.051	9.051	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	3.287	3.287	0,00	0,00
Total dos bens de uso especial	278.649.868	221.988.381	100,00	25,52

Fonte: Siafi.

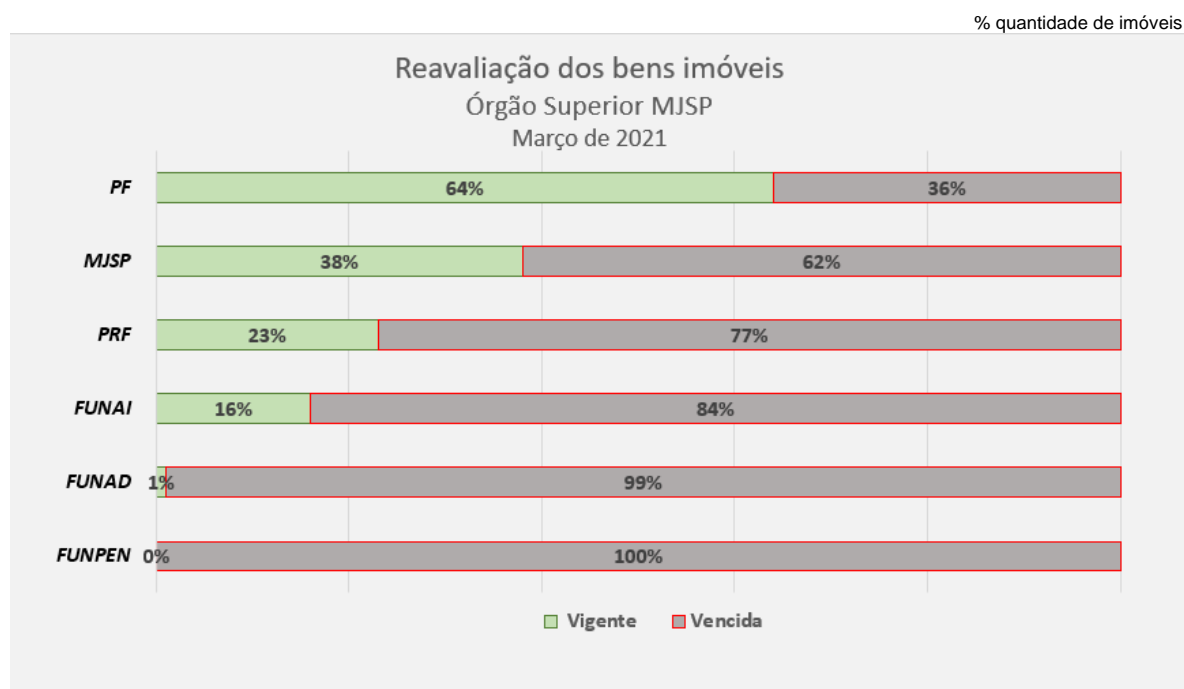
A figura 4 a seguir evidencia o percentual, por órgão, da quantidade dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos registrados no SPIUnet. Foram consideradas as informações até março de 2021.

Os imóveis registrados na Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUNet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

A Funai, apesar de ter apresentado a necessidade de reavaliação de 84% dos seus imóveis, possui saldo contábil de R\$113,9 bilhões referente à reavaliação de terrenos e glebas ainda não registrados no SPIUnet, pendente de regularização.

Figura 04 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: SPIUnet.

Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 1º trimestre de 2021, 21,44% (R\$ 287.152 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, as retenções relativas a empréstimos e financiamentos das folhas de pagamento dos servidores, depósitos de veículos alienáveis, pensão alimentícia, dentre outros.

Figura 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Fonte: Siafi.

As Transferências Financeiras a Comprovar – TED são termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em "Demais Obrigações a Curto Prazo" ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

A conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar - TED representou o maior impacto na rubrica, 39,37% (R\$ 113.058 mil), conforme figura 5. Sendo que, 44,23% (R\$ 50.000 mil) desse valor é representado pela mútua cooperação firmada entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNPS (Fundo Nacional de Segurança Pública) visando a administração de recursos computacionais, desenvolvimento e sustentação de módulos do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas) do MJSP.

Tabela 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares

Órgão	31/03/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	114.030	106.428	39,71	7,14
Polícia Federal	56.329	57.101	19,62	(1,35)
Fundo Nacional de Segurança Pública	55.488	63.587	19,32	(12,74)
Fundação Nacional do Índio	33.754	33.715	11,75	0,12
Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.103	18.080	5,96	(5,40)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.922	7.458	2,76	6,22
Fundo Penitenciário Nacional	2.523	49.567	0,88	(94,91)
Fundo Nacional Antidrogas	4	1	0,00	174,03
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	-	-	-	-
Total Geral	287.152	335.937	100,00	(14,52)

Fonte: Siafi.

Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

O “Resultado de Exercícios Anteriores”, registrado no primeiro trimestre de 2021, representou 81,16% (R\$ 235.067.971 mil) do total do patrimônio líquido; sendo 75,47% (R\$ 218.584.458 mil) decorrentes, prioritariamente, de resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio - Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas. Cabe ressaltar que da referida representação da Funai, 83,65% (R\$ 182.838.986 mil) do superávit foram registrados nos estados do Distrito Federal, Mato Grosso e Pará; totalizando, respectivamente, 52,15% (R\$ 113.997.501 mil), 21,26% (R\$ 46.472.475 mil) e 10,23% (R\$ 22.369.010 mil), referentes a reavaliação de imóveis no exercício de 2020.

Tabela 05 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	31/03/2021	31/12/2020	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	218.584.458	102.654.190	92,99	112,93
Departamento de Polícia Federal	3.901.545	3.402.820	1,66	14,66
Fundo da defesa de Direitos Difusos	3.764.134	70.786	1,60	5.217,59
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.262.670	4.184.686	1,39	(22,03)
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2.096.399	1.886.852	0,89	11,11
Fundo Penitenciário Nacional	1.367.636	1.256.990	0,58	8,80
Ministério da Justiça e Segurança Pública	794.122	970.594	0,34	(18,18)
Fundo Nacional de Segurança Pública	744.871	244.863	0,32	204,20
Fundo Nacional Antidrogas	465.285	240.829	0,20	93,20
Subtotal (A)	234.981.120	114.912.610	99,96	104,49
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,04	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,04	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est.				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	-	-	-
Subtotal (C)	(25,21)	-	-	-
Total (A+B+C)	235.067.971	114.999.485	100,00	104,41

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

Com referência a março de 2021, 85,76% (R\$ 89.402.857 mil) das Variações Patrimoniais Aumentativas foram decorrentes de "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos"; sendo 98,35% (R\$ 87.924.830 mil) desse saldo referente às reavaliações de bens imóveis da Fundação Nacional do Índio na Coordenação Regional de Cuiabá/MT.

Cabe destacar que tal impacto foi o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Aumentativas apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Tabela 06 – Reavaliação de Ativos – por órgão

R\$ milhares

Órgão	31/03/2021	31/03/2020	AV%	AH%
Fundação Nacional do Índio	87.924.830	294.548	100,00	29.750,80
Reavaliação de Bens Imóveis	87.924.830	294.548	100,00	29.750,80
Polícia Federal	2.219	92.658	0,00	(97,60)
Reavaliação de Bens Imóveis	1.726	92.249	0,00	(93,90)
Reavaliação de Bens Móveis	493	408	0,00	(93,90)
Polícia Rodoviária Federal	737	16.399	0,00	(95,50)
Reavaliação de Bens Imóveis	737	16.399	0,00	(95,50)
Total Geral	87.927.787	403.605	100,00	21.685,61

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP

No 1º trimestre de 2021, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 3,77% (R\$ 1.873.414 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal que apresentou 55,27% (R\$1.035.403 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal com 34,41% (R\$644.659 mil). Ambas somaram 89,68% (R\$ 1.680.062 mil), conforme tabela 7.

Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 68,47% (R\$ 1.282.772 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. Sendo o maior destaque para a PF, com 42,97% (R\$ 805.019 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 07 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

Pessoal e Encargos	31/03/2021	31/03/2020	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	1.035.403	979.432	55,27	5,71
Remuneração a Pessoal	805.019	782.324	42,97	2,90
Encargos Patronais	194.705	162.734	10,39	19,65
Benefícios a Pessoal	32.639	32.274	1,74	1,13
Outras VPD - Pessoal e Encargos	3.041	2.101	0,16	44,76
Polícia Rodoviária Federal	644.659	649.207	34,41	(0,70)
Remuneração a Pessoal	477.753	506.010	25,50	(5,58)
Encargos Patronais	116.367	100.668	6,21	15,60
Benefícios a Pessoal	50.376	42.505	2,69	18,52
Outras VPD - Pessoal e Encargos	163	23	0,01	601,91
Ministério da Justiça e Segurança Pública	106.261	102.178	5,67	4,00
Remuneração a Pessoal	82.196	81.058	4,39	1,40
Encargos Patronais	13.188	11.901	0,70	10,81
Benefícios a Pessoal	6.799	7.455	0,36	(8,80)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.078	1.764	0,22	131,24
Fundação Nacional do Índio	83.836	85.805	4,48	(2,29)
Remuneração a Pessoal	72.532	74.505	3,87	(2,65)
Encargos Patronais	7.992	8.115	0,43	(1,51)
Benefícios a Pessoal	3.011	3.024	0,16	(0,43)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	301	162	0,02	86,12
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.254	3.314	0,17	(1,81)
Remuneração a Pessoal	2.702	2.674	0,14	1,03
Encargos Patronais	298	297	0,02	0,49
Benefícios a Pessoal	146	200	0,01	(27,07)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	108	143	0,01	(24,41)
Total Geral	1.873.414	1.819.936	100,00	2,94

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – DVP

No 1º trimestre de 2021, o total de registros contábeis em "Reavaliações, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" representaram 64,65% (R\$ 32.157.865 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas; sendo 98,79% (R\$ 31.769.717 mil) do referido montante relativos às reavaliações de bens imóveis registradas no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, na Coordenação Regional de Cuiabá/MT da Fundação Nacional do Índio.

Cabe destacar que tal impacto foi o mais representativo e relevante das Variações Patrimoniais Diminutivas apresentadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Tabela 08 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas – por órgão

R\$ milhares

Órgão	31/03/2021	31/03/2020	AV (%)
Fundação Nacional do Índio	32.153.814	533.684	99,99
Reavaliação de Bens Imóveis	32.153.814	533.684	99,99
Departamento Polícia Rodoviária Federal	-	1.773	-
Incorporação de Passivos	-	2	-
Perdas com Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Reavaliação de Bens Imóveis	-	1.771	-
Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Departamento Polícia Federal	4.050	117	0,01
Reavaliação de Bens Móveis	4.050	117	0,01
Total	32.157.865	535.575	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 1º trimestre de 2021, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 42,94% (R\$ 509.001 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na tabela 9 verifica-se que 97,92% (R\$ 1.690.717 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,20% (R\$ 459.106 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,80% (R\$ 49.895 mil).

Tabela 09 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	31/03/2021	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	459.106	90,20
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	450.661	88,54
Participação da União em Receita de Loteria Federal	3.425	0,67
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	2.937	0,58
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.083	0,41
Fundo Penitenciário Nacional	49.895	9,80
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	48.668	9,56
Participação da União em Receita de Loteria Federal	555	0,11
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	417	0,08
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	256	0,05
Total	509.001	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 1º trimestre de 2021, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 30,16% (R\$ 357.520 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 63,14% (R\$ 225.725 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na tabela 10.

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 34,03% (R\$ 121.670 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais".

A PRF e o FDD somaram 97,17% (R\$ 347.395 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, conforme evidenciado na tabela 10.

Tabela 10 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida	31/03/2021	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	232.053	64,91
Polícia Rodoviária Federal	225.725	63,14
Polícia Federal	5.534	1,55
Fundo Nacional de Segurança Pública	537	0,15
Fundo Penitenciário Nacional	191	0,05
Fundo Nacional Antidrogas	58	0,02
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	7	0,00
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	121.670	34,03
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	121.670	34,03
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	3.597	1,01
Fundo Penitenciário Nacional	3.597	1,01
Multas e Juros Previstos em Contratos	201	0,06
Polícia Rodoviária Federal	200	0,06
Fundação Nacional do Índio	0,2	0,00
Total	357.520	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. Em março de 2021, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 54,28% (R\$ 2.901.604 mil) e 48,32% (R\$ 2.583.275 mil) no déficit de RS 5.345.733 do MJSP, conforme demonstrado na tabela 11.

Ambos os órgãos somaram 102,60% (R\$ 5.484.849 mil) do resultado total apresentado no 1º trimestre de 2021.

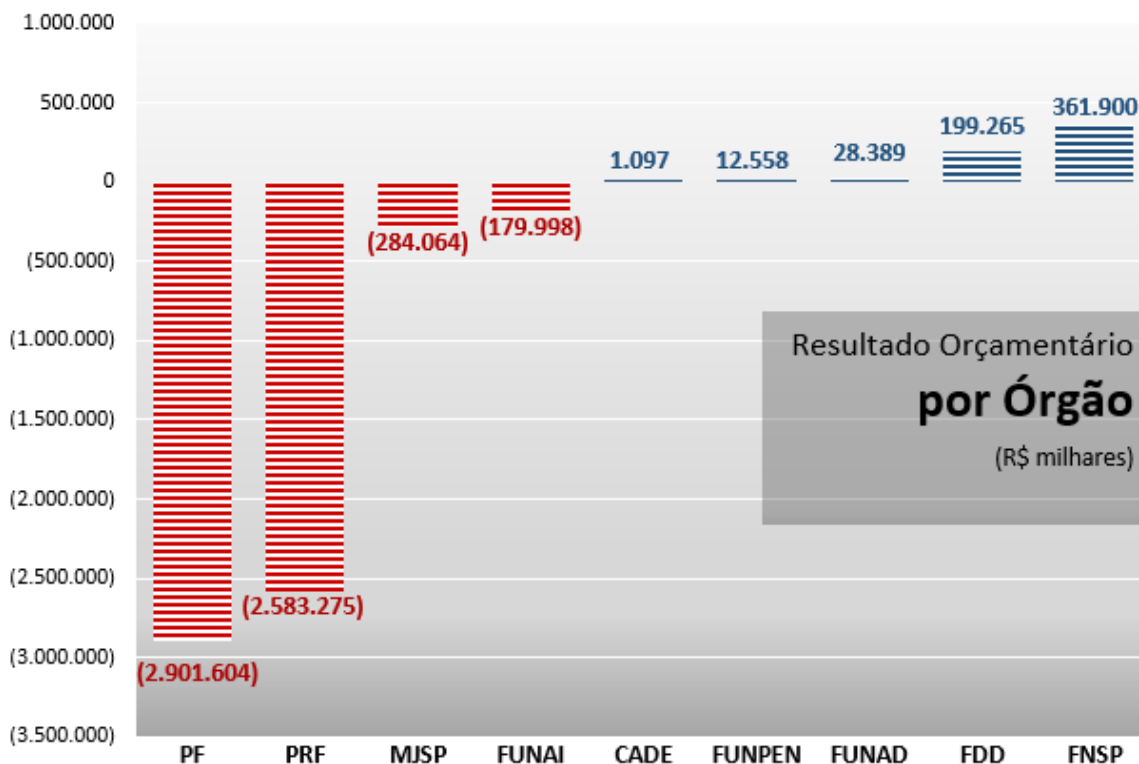
Tabela 11 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	275.120	3.178.814	(2.901.604)	54,28
Polícia Rodoviária Federal	124.400	2.707.675	(1.583.275)	48,32
Ministério da Justiça e Segurança Pública	699	284.763	(284.064)	5,31
Fundação Nacional do Índio	33	180.032	(179.998)	3,37
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.688	10.591	1.097	(0,02)
Fundo Penitenciário Nacional	72.858	60.299	12.558	(0,23)
Fundo Nacional Antidrogas	28.414	25	28.389	(0,53)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	199.265	0	199.265	(3,73)
Fundo Nacional de Segurança Pública	472.727	110.827	361.900	(6,77)
Total	1.185.293	6.531.026	(5.345.733)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 06 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

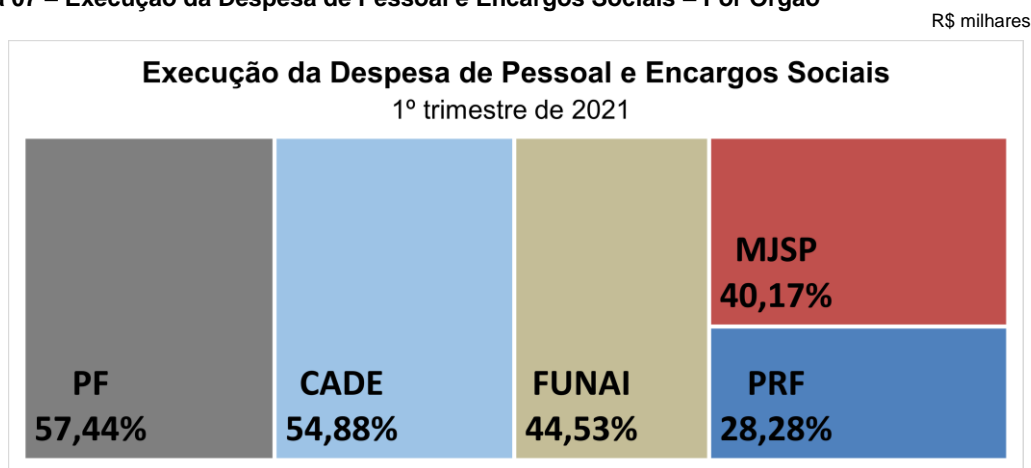
Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 40,68% (R\$ 2.193.922 mil) foram efetivamente pagas até o 1º trimestre de 2021. Destaca-se, dentre os órgãos vinculados ao MJSP, a PF que apresentou o maior percentual de despesas pagas, com 55,05% (R\$ 1.207.805 mil) do total da despesa empenhada, conforme tabela 12.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PRF foi responsável pelo maior volume, 53,51% (R\$ 2.886.250 mil), seguido pela PF, com 38,98% (R\$ 2.102.629 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 92,50% (R\$ 4.988.878 mil) do total das despesas empenhadas.

O percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela figura 7, onde destaca-se a PF, com 57,44% de execução, seguida pelo Cade, com 54,88%.

Figura 07 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 12 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADADA A PAGAR	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	2.102.629	38,98	576.504	318.319	1.207.805	55,05	57,44
Aposentadorias e Pensões	1.015.062	18,82	466.791	139.322	408.949	18,64	40,29
Obrigações Patronais	250.280	4,64	59.135	-	191.145	8,71	76,37
Outras Despesas	37.287	0,69	32.863	1.560	2.864	0,13	7,68
Vencimentos e Vantagens Fixas	800.000	14,83	17.715	177.437	604.848	27,57	75,61
PRF	2.886.250	53,51	1.842.262	227.823	816.164	37,20	28,28
Aposentadorias e Pensões	1.319.897	24,47	909.376	106.940	303.580	13,84	23,00
Obrigações Patronais	497.175	9,22	382.001	-	115.175	5,25	23,17
Outras Despesas	4.724	0,09	2.452	653	1.619	0,07	34,27
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.064.454	19,74	548.434	120.229	395.791	18,04	37,18
MJSP	245.582	4,55	116.422	30.513	98.647	4,50	40,17
Aposentadorias e Pensões	75.414	1,40	42.965	10.410	22.039	1,00	29,22
Obrigações Patronais	54.499	1,01	41.866	-	12.633	0,58	23,18
Outras Despesas	10.850	0,20	5.312	1.023	4.514	0,21	41,61
Vencimentos e Vantagens Fixas	104.820	1,94	26.279	19.080	59.460	2,71	56,73
FUNAI	154.883	2,87	62.286	23.633	68.965	3,14	44,53
Aposentadorias e Pensões	68.535	1,27	24.654	10.216	33.665	1,53	49,12
Obrigações Patronais	36.649	0,68	28.683	-	7.966	0,36	21,74
Outras Despesas	2.875	0,05	2.192	169	514	0,02	17,88
Vencimentos e Vantagens Fixas	46.824	0,87	6.757	13.247	26.820	1,22	57,28
CADE	4.266	0,08	1.147	778	2.341	0,11	54,88
Aposentadorias e Pensões	553	0,01	379	58	115	0,01	20,88
Obrigações Patronais	763	0,01	465	-	298	0,01	39,10
Outras Despesas	272	0,01	70	59	144	0,01	52,75
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.678	0,05	233	661	1.784	0,08	66,60
Total Geral	5.393.610	100,00	2.598.621	601.066	2.193.922	100,00	40,68

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na tabela 13, quanto aos ingressos, e na tabela 14, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 13 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2021 (A: Sem Consolidação)		31/03/2021 (B: Com Consolidação)		31/03/2021 (A-B)	
	AV%		AV%		AV%	
Transferências Financeiras Recebidas	13.810.381	100,0	3.754.048	100,0	10.056.333	100,0
Resultantes da Execução Orçamentária	13.145.533	95,19	3.617.767	96,37	9.527.766	94,74
Cota Recebida	3.617.767	26,20	3.617.767	96,37	0	0,00
Repasse Recebido	3.430.686	24,84	0	0,00	3.430.686	34,11
Sub-repasse Recebido	3.124.647	22,63	0	0,00	3.124.647	31,07
Repasse Devolvido	2.972.274	21,52	0	0,00	2.972.274	29,56
Sub-repasse Devolvido	161	0,00	0	0,00	161	0,00

Independentes da Execução Orçamentária	664.848	4,81	136.281	3,63	528.567	5,26
Transf. Recebidas para Pag. de RP	560.283	4,06	136.281	3,63	424.002	4,22
Demais Transferências Recebidas	17.453	0,13	0	0,00	17.453	0,17
Movimentação de Saldos Patrimoniais	87.112	0,63	0	0,00	87.112	0,87

Fonte: Siafi.

Tabela 14 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

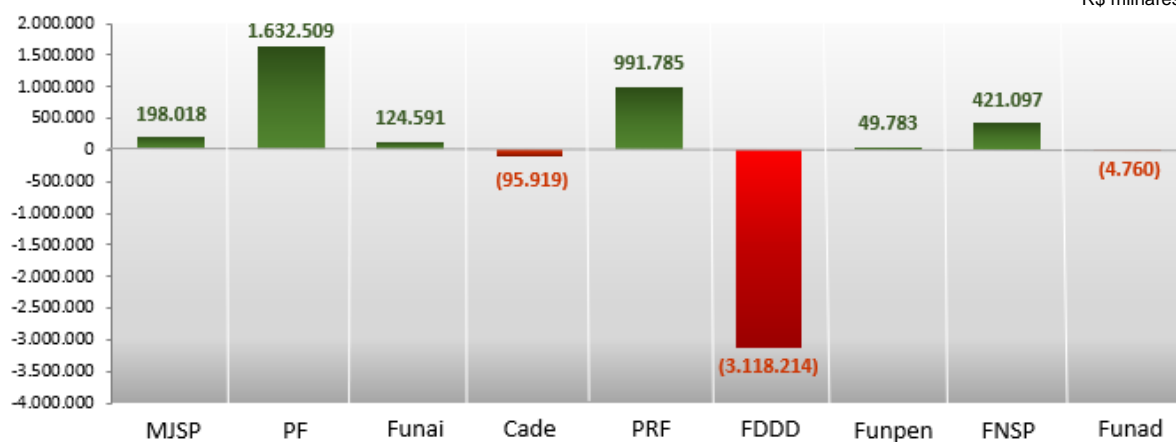
Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2021 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2021 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2021 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	13.611.491	100,0	3.555.158	100,0	10.056.333	100,0
Resultantes da Execução Orçamentária	12.503.840	91,86	2.976.073	83,71	9.527.766	94,74
Repasso Concedido	3.431.810	25,21	1.125	0,03	3.430.686	34,11
Sub-repasso Concedido	3.124.647	22,96	0	0,00	3.124.647	31,07
Cota Devolvida	2.974.949	21,86	2.974.949	83,68	0	0,00
Repasso Devolvido	2.972.274	21,84	0	0,00	2.972.274	29,56
Sub-repasso Devolvido	161	0,00	0	0,00	161	0,00
Independentes da Exec. Orçamentária	1.107.652	8,14	579.085	16,29	528.567	5,26
Transf. Concedidas para Pag. de RP	424.002	3,12	0	0,00	424.002	4,22
Demais Transferências Concedidas	116.824	0,86	99.371	2,80	17.453	0,17
Movimento de Saldos Patrimoniais	566.826	4,16	479.714	13,49	87.112	0,87

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na figura 8 abaixo.

Figura 08 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)

R\$ milhares



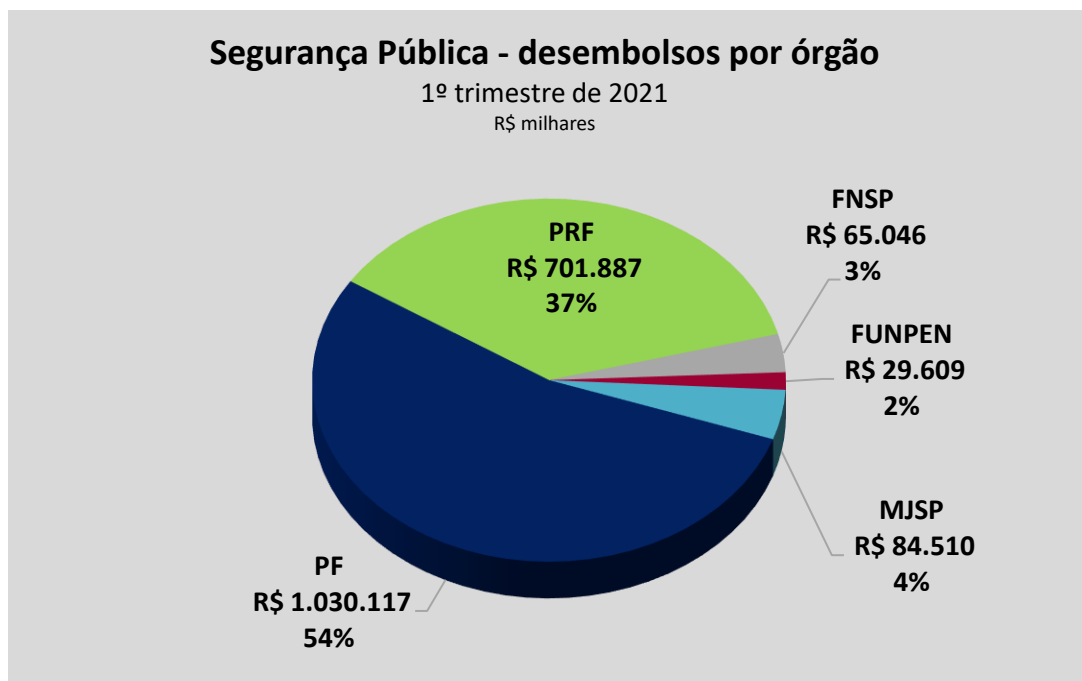
Fonte: Siafi.

Nota 13 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 10,88% (R\$ 1.911.168 mil), no 1º trimestre de 2021, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 53,90% (R\$ 1.030.117 mil) e 36,73% (R\$ 701.887 mil), somando 90,63% (R\$ 1.732.003 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na figura 9.

Figura 09 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 59,01% (R\$ 1.127.795 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme tabela 15.

Tabela 15 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

R\$ milhares

SEGURANÇA PÚBLICA	PF	PRF	FNSP	FUNPEN	MJSP	Total %	Total Geral R\$
Subsídios	35,07%	23,94%	0,00%	0,00%	0,003%	59,01%	1.127.795
Demais desembolsos	18,83%	12,79%	3,40%	1,55%	4,42%	40,99%	783.374
Total	53,90%	36,73%	3,40%	1,55%	4,42%	100,00%	1.911.169

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

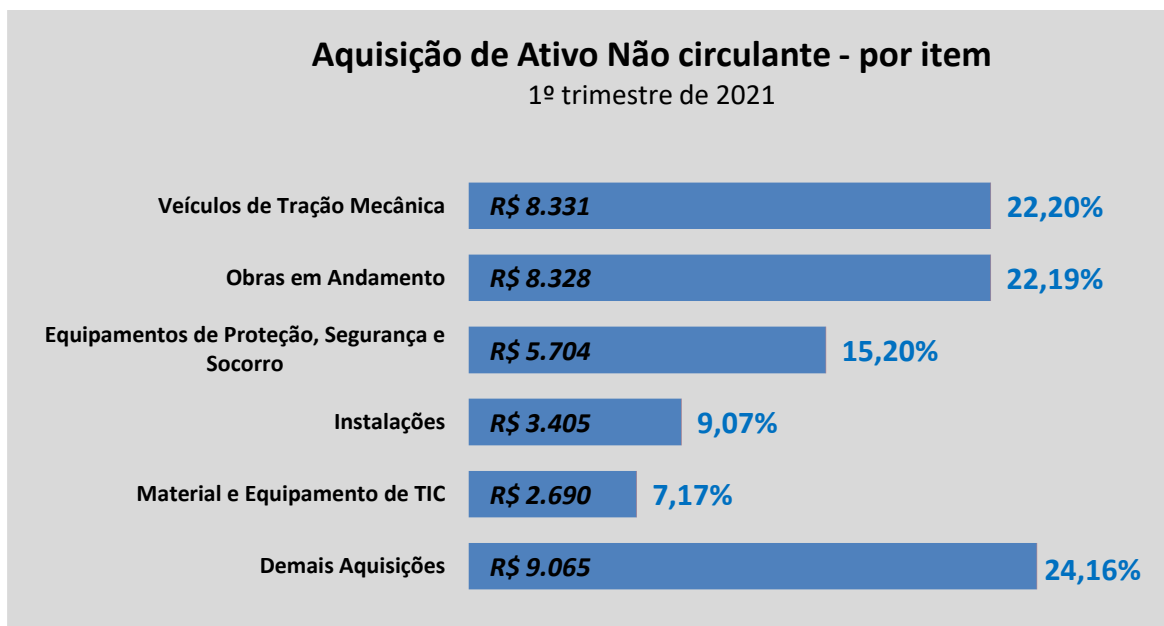
As aquisições de Ativo não Circulante integraram 91,85% (R\$ 37.523 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em março de 2021. Nesse sentido e conforme figura 10, 75,84% (R\$ 28.457 mil) foram assim registrados:

- Veículos de Tração Mecânica, 22,20% (R\$ 8.331 mil), sendo que a PRF representou 70,12% (R\$ 5.842 mil) desse valor;
- Obras em Andamento, 22,19% (R\$ 8.328 mil), sendo 62,29% (R\$ 5.187 mil) desse valor representado pela PRF;
- Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro, 15,20% (R\$ 5.704 mil), com o Funpen representando 89,04% (R\$ 5.079 mil) desse valor;
- Instalações, 9,07% (R\$ 3.405 mil), sendo o MJSP representando 94,23% (R\$ 3.208 mil) do valor; e

- e) Material e Equipamento de TIC, 7,17% (R\$ 2.690 mil), em que a PRF representou 64,44% (R\$ 1.733 mil) do valor.

Figura 10 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item

R\$ milhares

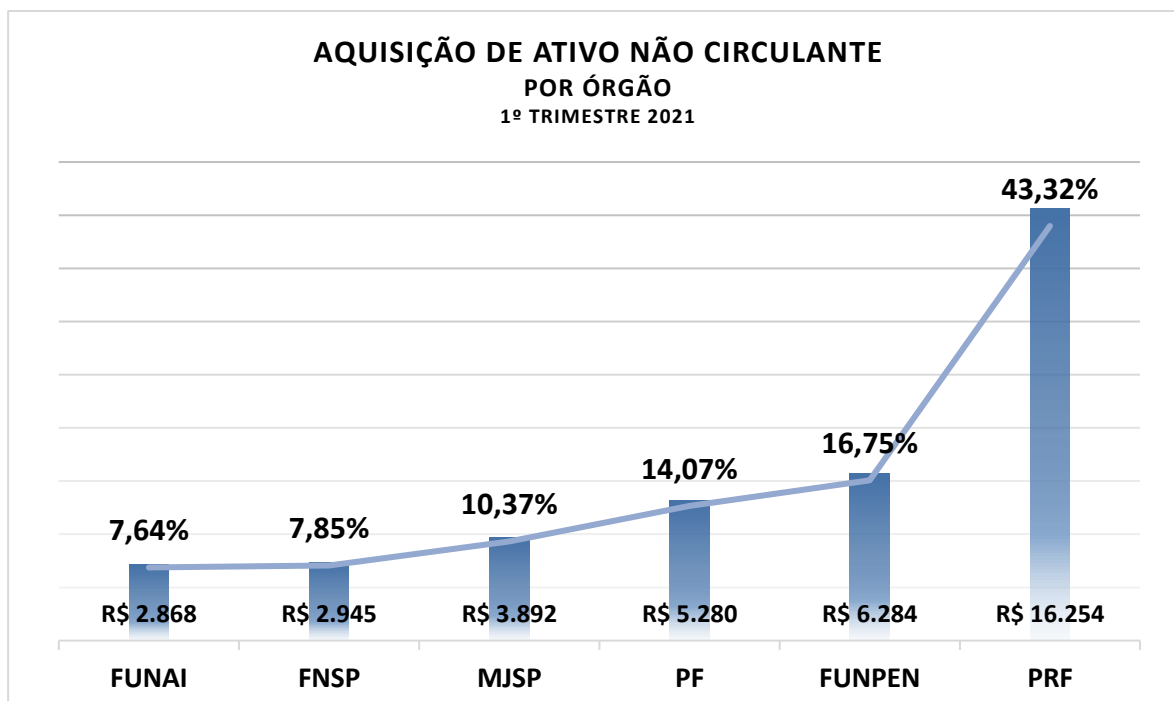


Fonte: Siafi.

Na figura 11 evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PRF obteve maior saldo até o 1º trimestre de 2021, 43,32% (R\$ 16.254 mil), sendo a aquisição de veículos de tração mecânica 35,94% (R\$ 5.842 mil) e as obras em andamento 31,91% (R\$ 5.187 mil) os itens mais representativos em relação aos demais órgãos. Nesse sentido, destacou-se, também, o Funpen com a aquisição de equipamentos de proteção, segurança e socorro, com 13,53% (R\$ 5.079 mil). Ambos em relação ao demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante.

Figura 11 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", os quais corresponderam a 0,02% (R\$ 51.425 mil) do saldo final da DMPL no 1º trimestre de 2021, 103,48% (R\$ 53.213,30 mil) foram registrados na Coordenação de Logística e Contratos - CGL do MJSP, decorrentes dos seguintes lançamentos contábeis de baixa de depreciação de bens móveis:

- a) Nota de lançamento 2021NL000019, de 04/02/2021: baixa de depreciação de bens tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, consoante tratativas nos autos do processo 08084.001727/2019-51 da CGDS/SAA/SE/MJSP;
- b) Nota de lançamento 2021NL000022, de 05/02/2021: baixa de depreciação tendo em vista a transferência de saldo pelo valor bruto para o Departamento Penitenciário, consoante tratativas acordadas nos autos do processo 08084.001726/2019-15 da CGDS/SAA/SE/MJSP.

No que se refere a reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ 1.133 mil do saldo final da DMPL, em março de 2021, 126,79% (R\$ 1.437 mil) foram constituídos para veículos de tração mecânica; sendo 86,65% (R\$ 982,08 mil) pela Coordenação Regional Litoral Sudeste/SP da Funai; 22,89% (R\$ 259 mil) pela Coordenação Regional Baixo Tocantins/PA da Funai e 17,25% (R\$ 195 mil) pela Penitenciária Federal de Catanduvas/PR do Funpen. Os lançamentos foram referentes a ajustes de valores no SIADS de bens incorporados em exercício anterior.

O resultado do exercício, de R\$ 54.506.641 mil, em março de 2021, representou 18,82% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

- a) "Reavaliação de Ativos", correspondente a 84,35% (R\$ 87.927.787 mil) das variações patrimoniais aumentativas, detalhadas na nota explicativa nº 5; e
- b) "Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas" e "Transferências Intragovernamentais"; correspondentes, respectivamente, a 64,65% (R\$ 32.157.865 mil) e 27,37% (R\$ 13.611.489 mil), somando 92,02% (R\$ 45.769.353 mil) das variações patrimoniais diminutivas, cujos detalhamentos constam nas notas explicativas nº 7 e nº12.

O saldo restante de R\$ 235.070.175 mil, do início do exercício de 2021, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.